

HD HABEAS DATA



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 2ª Região

PRESIDENTE:

Desembargadora Federal
Maria Helena Cisne

VICE-PRESIDENTE:

Desembargador Federal
Raldênio Bonifácio Costa

CORREGEDOR REGIONAL:

Desembargador Federal
André Fontes

DIRETOR GERAL:

Jaderson Correa dos Passos

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Ana Sofia Brito Gonçalves

REDAÇÃO

André Camodego, Marcelo
Ferraz e Assessorias de
Comunicação Social da
Justiça Federal do Rio de
Janeiro e do Espírito Santo

DIAGRAMAÇÃO, IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Coordenadoria de Produção
Gráfica e Editorial - CPGRAF

PROJETO GRÁFICO

Daiane Moraes

REVISÃO

André Camodego

Para mais notícias e a versão
eletrônica do Habeas Data,
visite o site www.trf2.jus.br

TRF2 inaugura sala-cofre para garantir segurança de dados

Com a chegada do processo judicial eletrônico, e, por conseguinte, com a aproximação do fim dos processos em papel, a guarda dos autos judiciais tem exigido atenção especial na Justiça Federal da Segunda Região. Atualmente, só na Seção Judiciária do Rio de Janeiro, existem cerca de 950 mil processos eletrônicos, com aproximadamente 22,2 milhões de peças processuais digitais. Não é difícil imaginar o tamanho do prejuízo para a população que representaria a perda dessas informações.

É por conta disso que o TRF2 investiu na instalação de uma sala-cofre, que foi inaugurada no dia 5 de março, pela presidente do TRF2, desembargadora federal Maria Helena Cisne. Prestigiaram a cerimônia, os desembargadores federais Sergio Schwaitzer, José Antonio Lisboa Neiva, Aluisio Mendes e Marcus Abraham, os juizes federais Alexandre Libonati, Carlos Guilherme Lugones, Paula Patrícia Provedel e Ozair Victor, o diretor geral do TRF2, Jaderson Correa dos Passos, entre outras autoridades e servidores.

O espaço, que já está em operação desde fevereiro, garante condições mais adequadas e muito mais segurança para o armazenamento e funcionamento do centro de processamento de dados que contém todas as informações administrativas e judiciais do órgão e da primeira instância da Justiça Federal do Rio de Janeiro.

O projeto da sala-cofre surgiu a partir de um relatório elaborado há aproximadamente três anos pela Secretaria de Tecnologia e Segurança da Informação (STI). O antigo datacenter - como o pessoal técnico costuma se referir ao espaço que abriga os equipamentos que compõem o centro de processamento das informações digitais - acabou ficando incompatível com a crescente informatização e aumento da demanda do Tribunal, necessitando assim, ganhar um novo ambiente.

De fato, o risco para dados gerados e arquivados existe e não é desprezível. Tanto o TRF2, quanto a Seção Judiciária do Rio de Janeiro já sofreram incidentes. Um alagamento e um princípio de incêndio, que não tiveram consequências graves, sinalizaram a importância de investir na melhoria da estrutura. Nos recintos que até o mês passado abrigavam o datacenter do TRF2 podiam ser detectados vários problemas, como o pé direito muito baixo para as máquinas existentes, problemas de refrigeração e excessivo consumo de energia, piso e cabeamento impróprios e pouco espaço para ampliação.

As novas instalações do datacenter ocupam um espaço físico de 62 metros quadrados. O projeto foi desenvolvido pela única empresa cujas salas-cofre são certificadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), de acordo com normas editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Entre as ameaças que a unidade montada no TRF2 deve barrar estão fogo, calor, fumaça, gases corrosivos, água, vazamentos, acesso indevido, roubo, furto, escombros, explosão, poeira, armas de fogo e pulsos eletromagnéticos. Além disso, ela é modular, podendo ser deslocada no caso de futura mudança de endereço, sem qualquer prejuízo das informações nela contidas.



A presidente do TRF2, Maria Helena Cisne, acessa a sala-cofre do Tribunal

ACOS

TRF2 tem melhor índice de gestão estratégica da Justiça Federal

O TRF da 2ª Região, que abrange o Rio de Janeiro e o Espírito Santo, foi o regional com o melhor índice de gestão, dentre os cinco tribunais federais do país, de acordo com o Diagnóstico da Gestão Estratégica do Poder Judiciário. O estudo foi produzido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que divulgou os resultados. Segundo o documento, o TRF2 cumpriu 50% dos critérios de gestão estratégica.

No Primeiro Encontro Nacional do Judiciário, em 2008, os presidentes dos tribunais brasileiros decidiram elaborar o Plano Estratégico Nacional, alinhando todas as cortes e estabelecendo marcadores de eficiência operacional e aperfeiçoamento dos seus serviços. As deliberações da reunião foram consolidadas na Resolução nº 70/ 2009, do CNJ, que dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário.

O diagnóstico deu lastro para os debates do Sexto Encontro Nacional do Judiciário, realizado em novembro de 2012. O levantamento foi direcionado por seis critérios: “envolvimento da alta administração”, “gestão participativa”, “estrutura organizacional, tecnológica e de capacitação para estratégia”, “planejamento da estratégia”, “comunicação da estratégia” e “monitoramento e a execução da estratégia”.

TRF2: Mutirão de conciliação na JFES com INSS em processos de aposentadoria rural termina com mais de 75% de acordos

Entre os dias 25 de fevereiro e 1º de março, na sede da Justiça Federal do Espírito Santo (JFES), em Vitória, o Núcleo Permanente de Solução de Conflitos da 2ª Região (NPSC2) - órgão do TRF2 que organiza e executa os mutirões da Justiça Federal da 2ª Região -, em parceria com o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), realizou, com o apoio do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CESCON), 98 audiências de conciliação envolvendo processos do INSS, com pedidos de aposentadoria rural. E os resultados foram impactantes: das audiências realizadas, 75,26% (73) terminaram com o consenso entre as partes.

Durante o mutirão, que contou com a participação de oito juízes federais, que conduziram as mesas de negociação entre as partes, o valor dos acordos homologados passou de R\$ 820 mil. No total, 282 pessoas foram atendidas.



TRF2 cumpre seis metas do CNJ para 2012

Das cinco metas nacionais e outras duas específicas para a Justiça Federal, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em conjunto com os presidentes dos 93 tribunais brasileiros, para o ano de 2012, o Tribunal Regional Federal da Segunda Região (TRF2) cumpriu, integralmente, seis dessas metas.

Foram superadas as metas 1 (julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012), a 2 (julgar pelo menos 50% dos processos distribuídos em 2007, na Justiça Federal e 50%, de 2007 a 2009, nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais), a 3 (disponibilizar para consulta pública na internet, com andamento atualizado e conteúdo das decisões de todos os processos, respeitando o segredo de justiça), a 4 (constituir Núcleo de Cooperação Judiciária e instituir a figura do juiz de cooperação), a 5 (implantar sistema eletrônico para consulta à tabela de custas e emissão de guia de recolhimento) e a 10 (Designar 10% a mais de audiências de conciliação do que as designadas no ano anterior, no caso 2011).

O melhor resultado do TRF2 em 2012 aconteceu na meta 2, em que 197,2% do objetivo foram atingidos. No caso da meta 1, os resultados alcançaram o índice de 102,1%.

A meta 11 (implantar gestão por processo de trabalho - gerenciamento de rotinas - em 50% das turmas recursais), não pôde ser cumprida pela Corte, pois ainda depende de projeto elaborado em conjunto com o Conselho da Justiça Federal (CJF) e os demais Tribunais Regionais, cujo cumprimento de 100% das turmas recursais (RJ e ES) está previsto para dezembro de 2013.

As Metas Nacionais do Judiciário foram aprovadas pelos presidentes de todos os tribunais do país e pelos conselheiros do CNJ em novembro de 2011, com o objetivo de proporcionar maior agilidade e eficiência à tramitação dos processos judiciais, melhorar a qualidade do serviço jurisdicional prestado e ampliar o acesso do cidadão brasileiro à justiça.

TRF2: Corregedoria convoca juízes para audiência pública

Os juízes federais da 2ª Região terão a oportunidade de opinar sobre as modificações propostas na Consolidação das Normas que tratam do plantão judiciário na 1ª instância. O corregedor regional da 2ª Região, desembargador federal André Fontes, assinou edital que convoca os magistrados do RJ e do ES para audiência pública no dia 18 de março. A reunião acontecerá no Plenário do TRF2 (Rua Acre, 80, 3º andar) das 14 às 17 horas.

Segunda Região realiza audiência pública sobre processos de desapropriação

Já no dia 25 de março, será realizada audiência pública sobre processos judiciais de desapropriação movidos pela União na Justiça Federal do RJ e do ES. A intenção é colher sugestões, identificar eventuais problemas e, a partir das propostas, fixar orientações administrativas, para agilizar o julgamento dessas ações. A audiência será realizada no auditório do TRF2, a partir das 14 horas. A sessão será conduzida pelo corregedor regional, desembargador André Fontes.